

ESCRITORIO REGIONAL 9

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 53560.003345/2025-01

2. Descrição da necessidade

O objeto deste instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização predial, com fornecimento de material, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, nas dependências da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Piauí (UO09.2), conforme especificações a serem dispostas em Termo de Referência. A presente contratação pretende dotar a Anatel/PI dos serviços de limpeza e higienização, garantindo assim condições de salubridade, funcionalidade, higiene e conforto.

Conforme disposto no Processo nº 53560.003864/2022-18, os serviços de limpeza e higienização, prestados em conformidade com o Contrato GR09 nº 136/2023 (SEI nº 11096025), firmado entre a Anatel/CE e a empresa **HORUS SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA.**, CNPJ nº 22.480.059/0001-67, **estarão vigentes até 09 de maio de 2026**. Vale ratificar a impossibilidade de prorrogação do referido Contrato acatando-se decisão da empresa **HORUS**, manifestada por meio da Carta Resposta ao Ofício 155 - Empresa Manifesta Desinteresse na Prorrogação (SEI nº 14908842), sendo necessária, portanto, uma nova contratação para prestação dos referidos serviços, levando em consideração a não descontinuidade, devido a sua essencialidade. Cabe esclarecer que a Anatel não possui em seu quadro de pessoal, nenhuma categoria funcional capaz de atender às demandas de limpeza, asseio e conservação.

A realização eficiente das atividades inerentes aos aludidos serviços, garantirá condições de higiene adequadas ao desempenho das atividades, cuja interrupção comprometerá o fluxo dos trabalhos a serem executados. Como também, proporciona ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção, conservação e preservação dos bens públicos, para que permaneçam em condições adequadas de utilização, desacelerando-se, dentro do possível, sua deterioração ordinária.

A contratação pretendida se dará em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pelas normas e legislações aplicáveis, de forma continuada. A Lei nº 14.133/2021 contempla esses serviços que, por sua natureza, são necessários, cuja paralisação poderá ocasionar transtornos ao bom andamento das atividades laborais e institucionais. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não venha comprometer a ordem e causar prejuízos para a Administração, inclusive a nível de saúde pública.

Os objetivos fundamentais da contratação são:

Garantir um ambiente limpo e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem estar;

Garantir a continuidade dos serviços, cuja interrupção pode comprometer o fluxo dos trabalhos executados na Unidade Operacional; e,

Fortalecer o princípio da economicidade.

A contratação de única empresa justifica-se em razão do gerenciamento centralizado dos serviços facilitar a administração do Contrato, o acompanhamento, a fiscalização e a própria logística da empresa envolvida. A prestação dos serviços ora intentados não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, nos termos do Art. 4º, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|---|
| Unidade Operacional da Anatel no Estado do Piauí (UO09.2). | Francisco José Matias da Costa Terceiro |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Da execução indireta:

O Decreto nº 9.507 de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelece, em seu art 3º:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Considerando que o serviço objeto da contratação não se enquadra nas vedações previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, e que sua execução indireta é admitida por se tratar de atividade auxiliar, instrumental ou acessória, delibera-se pela formalização da instrução processual, a fim de possibilitar a análise da viabilidade de sua terceirização, mediante contratação de empresa que atenda integralmente aos requisitos ora estabelecidos.

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

Os serviços de limpeza e conservação deverão ser realizados nas instalações da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Piauí (UO09.2), localizada na Avenida Universitária, nº 750, 19º Andar, Salas 1901 a 1909, Bairro: Fátima, Edifício Diamond Center, CEP 64.049-494 - Teresina/PI, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários.

O licitante deverá colocar à disposição da Anatel funcionários com, no mínimo, ensino fundamental completo, capazes de ler e interpretar rótulos de materiais de limpeza, comunicados, avisos e advertências que eventualmente receba.

O licitante deverá comprovar, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato de serviços continuados em quantidades compatíveis com a necessidade definida pela Anatel. Deverá apresentar os documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

No Edital deverá ser prevista a adoção da Conta-Depósito Vinculada, nos termos do Art. 121, § 3º, Inciso III da Lei nº 14.133/2021.

O licitante deverá comprovar que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 03 (três anos) na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, conforme Anexo VII-A, da IN 05/2017.

A contratada deverá estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico-operacional conforme legislação, bem como manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços.

A Empresa deverá entregar Declaração que informe a posse dos documentos relacionados abaixo atualizados ou que reunirá condições de apresentar tais documentos no ato de assinatura do Contrato:

Apresentação de Declaração de Visita Técnica realizada ou não realizada para conhecimento das instalações e local de execução dos serviços, respeitando as orientações que deverão estar contidas no Termo de Referência ou Edital.

Declaração de que o licitante **possui escritório ou representante**, na cidade de Teresina/PI com poderes para em seu nome atender integralmente quaisquer demandas da CONTRATANTE, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do Contrato. As declarações deverão ser elaboradas preferencialmente em papel timbrado da empresa, contemplando assinatura e identificação do responsável legal da licitante.

Fica facultada visita periódica do representante, as instalações da Contratante, para verificar o andamento do Contrato e dos serviços prestados. O serviço contratado deverá ser executado durante o horário de expediente regular da Anatel.

Os funcionários que compuserem o quadro fixo de profissionais da Contratada, bem como os funcionários que sejam feristas e coberturas deverão ter perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam que o andamento da prestação dos serviços se dê de acordo com o cronograma e a metodologia a serem firmados com a empresa e validados pela fiscalização contratual.

De acordo com o Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observando-se a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local a ser prestado o serviço contratado.

As produtividades mínimas estabelecidas pelo Anexo VI-B, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 para Áreas Interna, Externa e Esquadria Externa, aplicáveis à presente contratação, são:

Áreas Internas:

Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m²;

Pisos frios: 800 m² a 1200 m²;

Laboratórios: 360 m² a 450 m²;

Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m²;

Oficinas: 1200 m² a 1800 m²;

Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m²; e

Banheiros: 200 m² a 300 m².

Áreas Externas:

Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m²;

Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m²;

Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m²;

Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m²;

Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m²; e

Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m².

Esquadrias Externas:

face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;

face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²; e

face interna: 300 m² a 380 m².

Fachadas Envidraçadas: 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico.

Áreas Hospitalares e assemelhadas: 360 m² a 450 m².

METRAGENS ESTIMADAS:

Área Interna (463,72 m²);

Esquadrias (186,62 m²).

Natureza do serviço:

A contratação em tela se enquadra na definição de serviços comuns, nos termos do Inciso XIII, Art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser objetivamente especificada por meio de padrões usuais de mercado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

O serviço é classificado como de natureza continuada, por força do disposto no Art. 15 da IN SEGES/MPDG nº 5/2017. Ademais, os serviços de limpeza quando contratados de forma continuada, revelam-se menos onerosos para a Administração, haja vista a possibilidade de a empresa Contratada poder diluir o custo dos insumos empregados na prestação dos serviços em uma quantidade maior de meses, o que minimiza o custo mensal do contrato.

O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte: Servente de limpeza – CBO 5143-20.

Código SIASG para o serviço de limpeza: **CATSER - 24023 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - OUTRAS NECESSIDADES.**

A seleção da empresa para a prestação dos serviços a serem contratados pode ser realizada com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si, não necessitarem de avaliação minuciosa e serem facilmente encontráveis no mercado.

Crítérios e práticas de sustentabilidade:

As licitantes deverão observar os critérios e práticas de sustentabilidade (na elaboração de suas propostas e na execução dos serviços) especificadas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, no Ar. 5º da Lei nº 14.133/2021, assim como nas disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, no que couber.

A contratada deverá atentar-se para os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela contratante, quanto às compras de materiais, ferramentas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços contratados, como segue:

O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas deste processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

A CONTRATADA deverá observar, além da legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho e às normas coletivas da categoria profissional, as normas de segurança e saúde do trabalho.

É obrigação da CONTRATADA treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços. Devem ser disponibilizados todos os EPI's aplicáveis e necessários ao desenvolvimento das atividades de forma segura.

A CONTRATADA deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento das substâncias domissanitárias, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.

A CONTRATADA deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

A CONTRATADA deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo Órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

É obrigação da CONTRATADA respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A CONTRATADA deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

É obrigação da CONTRATADA a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pela CONTRATANTE.

É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.

É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.

É de responsabilidade da CONTRATADA a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

É obrigação da CONTRATADA a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis.

É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

Constituem prática ambientais a serem consideradas no Termo de Referência:

Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, visando a otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis, observadas as normas vigentes, devendo ainda a Contratada:

orientar regularmente os profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de material e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;

utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto, bem como respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

comprovar o disposto acima, mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

O disposto no item anterior não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.

Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências como:

vazamentos em torneiras ou sifões de lavatório e pias;

portas e fechaduras quebradas;

tomadas e espelhos soltos;

pias entupidas e inoperantes;

necessidade de reparo/manutenção nos equipamentos.

Não utilizar produtos que contenham o BENZENO em sua composição, conforme Resolução - RDC n.º 252, de 16/9/2003. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela ANATEL ao Órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

Avaliação da duração inicial do contrato:

O Contrato decorrente deste processo terá duração de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, no termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

Não há, na legislação vigente, obrigatoriedade de que o prazo inicial de um contrato continuado seja fixado inicialmente em 12 meses. Na falta de obrigação legal pode a Administração optar por prazo diverso e a adoção do período de 30 (trinta) meses, passível de prorrogação até o máximo de 120 (sessenta) meses, é juridicamente possível.

A Orientação Normativa nº 38/2011 da AGU dispõe que: “Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originariamente”.

Muitas vezes, o que ocorre é que a renovação dos contratos de execução continuada, como os de limpeza, copeiragem, vigilância, locação de veículos etc. não têm o condão de obter condições mais vantajosas para a administração, vez que as empresas contratadas por 12 meses se negam a oferecer melhores preços frente à forte expectativa de renovação do acordo. Isto porque, caso a Administração não renove o contrato, terá sérios problemas para ultimar nova licitação em prazo bastante exíguo, recorrendo, via de regra, à dispensa de licitação imposta pela emergência na continuidade dos serviços (Art. 75 da Lei nº 14.133/2021). Conforme se depreende, portanto, ao poder público resta reduzida capacidade de negociação.

Neste diapasão, a interpretação do art. 107 da lei nº 14.133/2021 que possibilitaria um melhor cumprimento do princípio da "supremacia constitucional" é no sentido de que a contratação serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal. Agindo desta forma, a Administração poderia, sem sombra de dúvidas, realizar negócios mais vantajosos, por menores preços, resguardando a um só tempo a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa e a economicidade.

O contrato mais longo propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente pode melhorar sua margem mensal de retorno e repassar à administração um preço mais competitivo, ante uma contratação de 12 meses. Ora, um maior período inicial permite que a contratada possa melhor amortizar seus custos iniciais e fazer proposta mais vantajosa. Não obstante, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulta em benefícios econômicos e operacionais para o Órgão contratante.

Considerando as vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos da Anatel) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial) para a Anatel e, ainda, considerando que não há óbice legal, a Administração optou pela formalização do contrato com vigência de 30 (trinta) meses.

Por fim, cabe destacar que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 106, inciso III, ainda permite à Administração a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Assim, caso a Administração constate, durante a vigência do contrato, que este não apresenta mais vantajosidade, poderá providenciar sua extinção, sem ônus para a Administração, na próxima data de aniversário do contrato (não podendo ocorrer em prazo inferior a 2 meses, contado da referida data). Verifica-se, desta forma, que o legislador não só permitiu uma maior vigência do período contratual, como também criou mecanismos para seu encerramento precoce, caso o contrato não se mostre mais vantajoso.

Riscos relacionados à não celebração do contrato

A contratação dos serviços ora pretendidos, garantirá condições de higiene adequadas ao desempenho das atividades, cuja interrupção comprometerá o fluxo dos trabalhos a serem executados na Unidade Operacional, inclusive, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção, conservação e preservação dos bens públicos, para que permaneçam em condições adequadas de utilização. Portanto, a descontinuidade da prestação comprometerá a ordem e causará prejuízos para a Administração, inclusive a nível de saúde pública.

Necessidade de transição contratual:

A contratação pleiteada visa substituir o Contrato GR09 nº 109/2018 (SEI nº 3255280), cuja vigência encerrar-se-á em 02 de outubro de 2023, sem possibilidade de prorrogação, sendo necessária, portanto, uma nova contratação, levando em consideração a essencialidade dos serviços a serem prestados, devendo a empresa vencedora da Licitação adequar-se às metodologias da Agência até o prazo supramencionado.

Por se tratar de serviço comum e, em razão da baixa complexidade na execução do objeto, não se faz necessária a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. Levantamento de Mercado

Da execução indireta:

O Decreto nº 9.507 de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelece, em seu art 3º:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Considerando que o serviço objeto da contratação não se enquadra nas vedações previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, e que sua execução indireta é admitida por se tratar de atividade auxiliar, instrumental ou acessória, delibera-se pela formalização da instrução processual, a fim de possibilitar a análise da viabilidade de sua terceirização, mediante contratação de empresa que atenda integralmente aos requisitos ora estabelecidos.

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

Os serviços de limpeza e conservação deverão ser realizados nas instalações da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Piauí (UO09.2), localizada na Avenida Universitária, nº 750, 19º Andar, Salas 1901 a 1909, Bairro: Fátima, Edifício Diamond Center, CEP 64.049-494 - Teresina/PI, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários.

O licitante deverá colocar à disposição da Anatel funcionários com, no mínimo, ensino fundamental completo, capazes de ler e interpretar rótulos de materiais de limpeza, comunicados, avisos e advertências que eventualmente receba.

O licitante deverá comprovar, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato de serviços continuados em quantidades compatíveis com a necessidade definida pela Anatel. Deverá apresentar os documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

No Edital deverá ser prevista a adoção da Conta-Depósito Vinculada, nos termos do Art. 121, § 3º, Inciso III da Lei nº 14.133/2021.

O licitante deverá comprovar que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 03 (três anos) na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, conforme Anexo VII-A, da IN 05/2017.

A contratada deverá estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico-operacional conforme legislação, bem como manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços.

A Empresa deverá entregar Declaração que informe a posse dos documentos relacionados abaixo atualizados ou que reunirá condições de apresentar tais documentos no ato de assinatura do Contrato:

Apresentação de Declaração de Visita Técnica realizada ou não realizada para conhecimento das instalações e local de execução dos serviços, respeitando as orientações que deverão estar contidas no Termo de Referência ou Edital.

Declaração de que o licitante **possui escritório ou representante**, na cidade de Teresina/PI com poderes para em seu nome atender integralmente quaisquer demandas da CONTRATANTE, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do Contrato. As declarações deverão ser elaboradas preferencialmente em papel timbrado da empresa, contemplando assinatura e identificação do responsável legal da licitante.

Fica facultada visita periódica do representante, as instalações da Contratante, para verificar o andamento do Contrato e dos serviços prestados. O serviço contratado deverá ser executado durante o horário de expediente regular da Anatel.

Os funcionários que compuserem o quadro fixo de profissionais da Contratada, bem como os funcionários que sejam feristas e coberturas deverão ter perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam que o andamento da prestação dos serviços se dê de acordo com o cronograma e a metodologia a serem firmados com a empresa e validados pela fiscalização contratual.

De acordo com o Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observando-se a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local a ser prestado o serviço contratado.

As produtividades mínimas estabelecidas pelo Anexo VI-B, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 para Áreas Interna, Externa e Esquadria Externa, aplicáveis à presente contratação, são:

Áreas Internas:

Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m²;

Pisos frios: 800 m² a 1200 m²;

Laboratórios: 360 m² a 450 m²;

Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m²;

Oficinas: 1200 m² a 1800 m²;

Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m²; e

Banheiros: 200 m² a 300 m².

Áreas Externas:

Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m²;

Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m²;

Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m²;

Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m²;

Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m²; e

Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m².

Esquadrias Externas:

face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;

face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²; e

face interna: 300 m² a 380 m².

Fachadas Envidraçadas: 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico.

Áreas Hospitalares e assemelhadas: 360 m² a 450 m².

METRAGENS ESTIMADAS:

Área Interna (463,72 m²);

Esquadrias (186,62 m²).

Natureza do serviço:

A contratação em tela se enquadra na definição de serviços comuns, nos termos do Inciso XIII, Art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser objetivamente especificada por meio de padrões usuais de mercado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

O serviço é classificado como de natureza continuada, por força do disposto no Art. 15 da IN SEGES/MPDG nº 5/2017. Ademais, os serviços de limpeza quando contratados de forma continuada, revelam-se menos onerosos para a Administração, haja vista a possibilidade de a empresa Contratada poder diluir o custo dos insumos empregados na prestação dos serviços em uma quantidade maior de meses, o que minimiza o custo mensal do contrato.

O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte: Servente de limpeza – CBO 5143-20.

Código SIASG para o serviço de limpeza: **CATSER - 24023 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - OUTRAS NECESSIDADES.**

A seleção da empresa para a prestação dos serviços a serem contratados pode ser realizada com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si, não necessitarem de avaliação minuciosa e serem facilmente encontráveis no mercado.

Critérios e práticas de sustentabilidade:

As licitantes deverão observar os critérios e práticas de sustentabilidade (na elaboração de suas propostas e na execução dos serviços) especificadas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, no Ar. 5º da Lei nº 14.133/2021, assim como nas disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, no que couber.

A contratada deverá atentar-se para os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela contratante, quanto às compras de materiais, ferramentas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços contratados, como segue:

O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas deste processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

A CONTRATADA deverá observar, além da legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho e às normas coletivas da categoria profissional, as normas de segurança e saúde do trabalho.

É obrigação da CONTRATADA treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços. Devem ser disponibilizados todos os EPI's aplicáveis e necessários ao desenvolvimento das atividades de forma segura.

A CONTRATADA deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento das substâncias domissanitárias, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.

A CONTRATADA deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

A CONTRATADA deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo Órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

É obrigação da CONTRATADA respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A CONTRATADA deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

É obrigação da CONTRATADA a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pela CONTRATANTE.

É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.

É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.

É de responsabilidade da CONTRATADA a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

É obrigação da CONTRATADA a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis.

É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

Constituem prática ambientais a serem consideradas no Termo de Referência:

Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, visando a otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis, observadas as normas vigentes, devendo ainda a Contratada:

orientar regularmente os profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de material e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;

utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto, bem como respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

comprovar o disposto acima, mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

O disposto no item anterior não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.

Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências como:

vazamentos em torneiras ou sifões de lavatório e pias;

portas e fechaduras quebradas;

tomadas e espelhos soltos;

pias entupidas e inoperantes;

necessidade de reparo/manutenção nos equipamentos.

Não utilizar produtos que contenham o BENZENO em sua composição, conforme Resolução - RDC n.º 252, de 16/9/2003. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela ANATEL ao Órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

Avaliação da duração inicial do contrato:

O Contrato decorrente deste processo terá duração de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, no termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

Não há, na legislação vigente, obrigatoriedade de que o prazo inicial de um contrato continuado seja fixado inicialmente em 12 meses. Na falta de obrigação legal pode a Administração optar por prazo diverso e a adoção do período de 30 (trinta) meses, passível de prorrogação até o máximo de 120 (sessenta) meses, é juridicamente possível.

A Orientação Normativa nº 38/2011 da AGU dispõe que: “Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originariamente”.

Muitas vezes, o que ocorre é que a renovação dos contratos de execução continuada, como os de limpeza, copeiragem, vigilância, locação de veículos etc. não têm o condão de obter condições mais vantajosas para a administração, vez que as empresas contratadas por 12 meses se negam a oferecer melhores preços frente à forte expectativa de renovação do acordo. Isto porque, caso a Administração não renove o contrato, terá sérios problemas para ultimar nova licitação em prazo bastante exíguo, recorrendo, via de regra, à dispensa de licitação imposta pela emergência na continuidade dos serviços (Art. 75 da Lei nº 14.133/2021). Conforme se depreende, portanto, ao poder público resta reduzida capacidade de negociação.

Neste diapasão, a interpretação do art. 107 da lei nº 14.133/2021 que possibilitaria um melhor cumprimento do princípio da "supremacia constitucional" é no sentido de que a contratação serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal. Agindo desta forma, a Administração poderia, sem sombra de dúvidas, realizar negócios mais vantajosos, por menores preços, resguardando a um só tempo a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa e a economicidade.

O contrato mais longo propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente pode melhorar sua margem mensal de retorno e repassar à administração um preço mais competitivo, ante uma contratação de 12 meses. Ora, um maior período inicial permite que a contratada possa melhor amortizar seus custos iniciais e fazer proposta mais vantajosa. Não obstante, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulta em benefícios econômicos e operacionais para o Órgão contratante.

Considerando as vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos da Anatel) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial) para a Anatel e, ainda, considerando que não há óbice legal, a Administração optou pela formalização do contrato com vigência de 30 (trinta) meses.

Por fim, cabe destacar que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 106, inciso III, ainda permite à Administração a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Assim, caso a Administração constate, durante a vigência do contrato, que este não apresenta mais vantajosidade, poderá providenciar sua extinção, sem ônus para a Administração, na próxima data de aniversário do contrato (não podendo ocorrer em prazo inferior a 2 meses, contado da referida data). Verifica-se, desta forma, que o legislador não só permitiu uma maior vigência do período contratual, como também criou mecanismos para seu encerramento precoce, caso o contrato não se mostre mais vantajoso.

Riscos relacionados à não celebração do contrato

A contratação dos serviços ora pretendidos, garantirá condições de higiene adequadas ao desempenho das atividades, cuja interrupção comprometerá o fluxo dos trabalhos a serem executados na Unidade Operacional, inclusive, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção, conservação e preservação dos bens públicos, para que permaneçam em condições adequadas de utilização. Portanto, a descontinuidade da prestação comprometerá a ordem e causará prejuízos para a Administração, inclusive a nível de saúde pública.

Necessidade de transição contratual:

A contratação pleiteada visa substituir o Contrato GR09 nº 109/2018 (SEI nº 3255280), cuja vigência encerrar-se-á em 02 de outubro de 2023, sem possibilidade de prorrogação, sendo necessária, portanto, uma nova contratação, levando em consideração a essencialidade dos serviços a serem prestados, devendo a empresa vencedora da Licitação adequar-se às metodologias da Agência até o prazo supramencionado.

Por se tratar de serviço comum e, em razão da baixa complexidade na execução do objeto, não se faz necessária a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

6. Descrição da solução como um todo

A solução, como um todo, consiste na terceirização do serviço de limpeza e conservação a ser prestado nas instalações do Escritório Regional da Anatel no Unidade Operacional da Anatel no Estado do Piauí (UO09.2), por meio da contratação de empresa para fornecer mão de obra capacitada para a execução dos serviços, bem como materiais de consumo, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução do objeto.

Os serviços a serem contratados serão prestados no período diurno, de segunda a sexta-feira, dentro do período compreendido entre 08:00 hs às 17:00 hs (quarenta horas semanais), com uma hora de intervalo para o almoço. Não há previsão de horas extras para o cargo previsto.

O profissional contratado para executar os serviços de limpeza e conservação, além de qualificado, deverá pertencente ao quadro permanente da empresa contratada e está em situação regular, conforme prevê a legislação trabalhista, devendo apresentar a respectiva comprovação, quando solicitado pela Fiscalização da Anatel.

Os serviços prestados serão acompanhados pelo Gestor e/ou Fiscal do contrato, a quem a empresa deverá prestar todas as informações necessárias para a adequada execução contratual.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Serviço de limpeza:

Os serviços auxiliares de limpeza, asseio, higienização e conservação serão executados nas áreas edificadas, pisos frios, paredes, banheiros, copas, divisórias, mobiliário em geral, painéis de cortina, janelas envidraçadas, persianas, auditório e demais instalações prediais, com o fornecimento, pela empresa contratada, de todo o material e equipamentos necessários.

Tendo em vista as diretrizes e material/equipamento estimado espera-se que todas as áreas especificadas sejam constantemente limpas e que os lixos sejam coletados seletivamente, sempre que for necessário.

Os serviços de limpeza, conservação e higienização predial serão executados pela empresa contratada com a seguinte frequência:

DIARIAMENTE:

Limpar mobiliários, utensílios, aparelhos telefônicos, computadores, impressoras, equipamentos de escritório, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros, utilizando espanador, flanela e produtos adequados;

Aspirar o pó de pisos acarpetados, tapetes, passadeiras e capachos, caso existam;

Lavar os banheiros no início da manhã, e sempre que necessário;

Limpar banheiros, desinfetar e coletar o lixo, no mínimo 4 (quatro) vezes ao dia, além da lavagem pela manhã;

Limpar copas e outras áreas molhadas, no mínimo 2 (duas) vezes ao dia;

Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, sempre que necessário;

Varrer, passar pano úmido e polir os balcões, escadarias e pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

Passar pano úmido com álcool 70 % (ou produto que tenha a mesma qualidade de assepsia) nas estações de trabalho;

Passar pano úmido com álcool 70 % (ou produto que tenha a mesma qualidade de assepsia) nos telefones, maçanetas, torneiras de bebedouro, forno microondas, geladeiras, entre outros locais ou mobiliários de uso coletivo, a fim de manter as boas práticas de saúde e salubridade;

Retirar o lixo 2 (duas) vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

Limpar os corrimãos de escadas, caso existam;

Higienizar os bebedouros, repondo com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;

Remover manchas nos pisos, nas paredes divisórias, suas portas e vidros;

Limpar arranjos e vasos de plantas, naturais, artificiais e desidratadas, caso existam;

Abastecer com álcool gel antisséptico para as mãos os reservatórios disponíveis na Agência;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

SEMANALMENTE:

- a) Limpar estantes e armários e atrás de móveis, armários e arquivos;
- b) Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica e madeira;
- c) Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- d) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- e) Polir divisórias, móveis e utensílios de madeira;
- f) Limpar detalhadamente estofados e cadeiras, com produto apropriado para forrações de couro, tecidos ou plástico dos assentos e poltronas;
- g) Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras e outros similares;
- h) Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- i) Passar pano úmido com desinfetante nos telefones;
- j) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- k) Limpar quadros, placas, pinturas, painéis;
- l) Lavar lixeiras, carrinhos utilizados para remoção e contêineres utilizados na coleta de lixo;
- m) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

MENSALMENTE:

- a) Limpar rodapés;
- b) Limpar persianas e cortinas, com equipamentos e produtos adequados;
- c) Remover manchas de paredes;
- d) Limpar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, de enrolar, pantográfica, de correr, e outros similares);
- e) Realizar lavagem geral de todas as partes azulejadas (banheiros e outras dependências);
- f) Polir letras de placas em metal;
- g) Limpar as persianas e cortinas;
- h) Proceder uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇO - SERVENTE

Apresentar-se no posto de serviço com boa higiene, fardamento completo e limpo, calçados limpos e engraxados (quando couber), cabelos cortados e penteados;

Utilizar seu EPI e fardamento completo, portar durante a jornada de trabalho todos os materiais, equipamentos e acessórios, pertinentes ao seu cargo;

Ser cortês e educado com os servidores, colaboradores, prestadores de serviço, visitantes, público externo, autoridades e usuários em geral;

Manter os utensílios e equipamentos permanentemente limpos, devidamente vistoriados e prontos para atender à demanda, quando for o caso;

Desligar todos os equipamentos elétricos e/ou eletrônicos de propriedade da CONTRATANTE, que não estejam sendo usados, no final do expediente, quando for o caso;

Obedecer à hierarquia administrativa nas atitudes e procedimentos, nas dependências da Unidade Operacional;

Executar com eficiência e esmero os serviços concernentes a cada área de atuação, bem como em reuniões e eventos realizados nas dependências da Unidade Operacional;

Executar serviços de lavagem, faxina, limpeza, conservação, organização e higienização em geral;

Limpar recintos e acessórios, seguindo normas de segurança do trabalho, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

Lavar pisos, paredes de revestimento frio, limpar vidros de janelas, parapeitos, dentre outros;

- Polir esquadrias, pisos e outros passíveis de polimento nas dependências da Unidade Operacional;
- Desinfetar e conservar superfícies fixas como: pisos, paredes e tetos, ou de móveis e equipamentos diversos com ou sem utilização de produtos químicos;
- Limpar e organizar as estações de trabalho, mesas, e demais superfícies utilizadas cotidianamente;
- Limpar plataforma de acessibilidade com produtos adequados, caso exista;
- Efetuar tarefas de limpeza em geral e eventualmente remover entulhos, se for necessário;
- Operar máquinas manuais para proceder lavagem e limpeza das dependências da Unidade Operacional, se necessário;
- Limpar e descongelar geladeiras;
- Limpar externa e internamente micro-ondas e cafeteiras elétricas;
- Efetuar a coleta de lixo de forma seletiva;
- Limpar os bebedouros e respectivos garrafões de água a serem utilizados;
- Comunicar à Administração necessidades de manutenção em móveis, fechaduras, iluminação, portas, sanitários e demais condições de anormalidade dos ambientes a fim de que a Administração possa proceder às providências necessárias; e
- Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável, qualquer anormalidade verificada de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O método a ser utilizado para quantificar a contratação será o metro quadrado (m²).

De acordo com o Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observando-se a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local a ser prestado o serviço contratado.

METRAGENS ESTIMADAS:

Área Interna (463,72 m²);

Esquadrias (186,62 m²).

Definição da quantidade de serviços de limpeza e conservação

As produtividades mínimas estabelecidas pelo Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017 para Áreas Interna e Esquadria Externa, aplicáveis à presente contratação, são:

Áreas internas: 800m² por servente por dia

Esquadrias internas e externas, sem exposição a situação de risco: 300m² por servente por dia

Considerando que a carga horária da presente contratação será de 40 (quarenta) horas semanais, bem como o conhecimento acumulado pelos anos de acompanhamento e fiscalização do contrato de limpeza e conservação, apresenta-se a demanda detalhada na tabela a seguir:

As áreas e as produtividade estimadas são as demonstradas na tabela abaixo:

| DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO | Área medida m² | Produtividade Mínima (IN nº 05 /2017 - MPOG/SLTI) | Memória de Cálculo - Índice de Produtividade | Índice de Produtividade | Número de Referência de Serve x índice de produtividade) |
|--------------------------|----------------|---|--|-------------------------|--|
| ÁREA INTERNA | 463,72 | 800 m² servente/dia | 1/800 | 0,00125 | 0,58 |
| ESQUADRIAS | 186,62 | 300 m² servente/dia | 1/300 | 0,00333 | 0,62 |
| | | | | | |

| | |
|------------------------------------|-----|
| QUANTIDADE DE SERVENTE(S) SUGERIDA | 1,2 |
|------------------------------------|-----|

Sendo assim, em conformidade com o resultado da planilha de produtividade elaborada com base na Instrução Normativa nº 05/2017, e após os cálculos total das áreas a serem limpas e conservadas, a Administração sugere a disponibilização, por parte da empresa a ser contratada, de 01 (um) servente de limpeza, ou seja, 01 (um) **posto de trabalho**. Insta notar que as planilhas de definição de produtividades possuem cunho **orientativo**, haja vista restar submetida a uma série de condicionantes como produtividade dos funcionários, qualidade do material utilizado, tipo de equipamentos utilizados, dentre outros.

Definição de quantidade de materiais, utensílios e equipamentos

Para estimar a quantidade de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza a serem utilizados no contrato, foram estimadas quantidades compatíveis com a área e o serviços a serem executados, tomando por base os contratos anteriores da UO09.2.

O fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos é realizado sob demanda, permitindo que apenas os itens efetivamente fornecidos sejam pagos à contratada.

As especificações e quantidades de materiais, equipamentos e utensílios serão detalhados em lista específica na Planilha de Custos e Formação de Preços, que será anexa ao Termo de Referência, futuramente produzido.

O quantitativo de materiais de consumo, utensílios de limpeza e equipamentos considerará como unidade de medida as usualmente empregadas no comércio atacadista para cada tipo de material, que são as designadas na planilha de custos e formação de preços supramencionada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 161.718,00

Custo estimado total da contratação (explicitado no Item 10 - CONCLUSÃO do Informe 1 - Pesquisa de Preços (SEI nº 15040718):

Valor mensal de R\$ **5.390,60 (cinco mil, trezentos e noventa reais e sessenta centavos)** e;

Valor global para 30 (trinta) meses de R\$ **161.718,00 (cento e sessenta e um mil, setecentos e dezoito reais)**.

A tabela abaixo contempla a consolidação mensal e global (30 meses) do **Preço Estimado/Valor de Referência**, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial, com fornecimento de material, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, nas dependências da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Piauí (UO09.2), pelo período de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado até 120 (cento e vinte) meses:

| Item | Descrição do Objeto | CATSER | Unidade de Medida | Quantidade | Parâmetro 1 (Painel de Preços) | Parâmetro 2 (Planilha da Administração) | Média Mensal Estimada | Valor Total Estimado (30 meses) |
|--|---|--------|-------------------|------------|--------------------------------|---|-----------------------|---------------------------------|
| I | Prestação de serviço de limpeza e conservação - outras necessidades | 24023 | Posto de Trabalho | 01 | 5.278,04 | 5.503,16 | 5.390,60 | 161.718,00 |
| Valor Total Estimado/Valor de Referência | | | | | | | | 161.718,00 |

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

É tecnicamente viável dividir a solução?

Não é tecnicamente viável dividir a solução. A contratação vertente se dará por meio de agrupamento de itens, quais sejam eles, dos serviços de limpeza e conservação, juntamente com os materiais e equipamentos necessários à sua implementação. Uma vez que os serviços a serem contratados de limpeza e conservação são atividades similares, correlatas e complementares, e possuem interdependência entre si, não cabe neste caso o parcelamento do objeto.

É economicamente viável dividir a solução?

Não é economicamente viável dividir a solução. Do ponto de vista de gestão e da execução dos serviços, identificou-se que o agrupamento resultaria em mais eficiência na execução do objeto a ser contratado, além do potencial ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, redundando em economia para a Administração.

Não há perda de escala ao dividir a solução?

Sim. A contratação separada dos serviços ocasionaria uma evidente perda de escala, visto que o custo operacional e administrativo seria maior no caso de parcelamento. Ainda, a opção por agrupamento em grupos de itens a serem adquiridos é considerada lícita, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.

Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

Para a contratação pretendida não. O agrupamento dos itens a serem contratados é razoável já que possuem mesma natureza e guardam relação entre si, conforme disposto no Acórdão 5.260/2011 - TCU 1ª Câmara. O próprio Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário orienta que deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, citando como exemplo o próprio serviço de limpeza e conservação.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos) assim dispõe:

Art. 40 - O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 2º - Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

(...)

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

Art. 47 -As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

(...)

Conclui-se que a solução não deve ser parcelada, uma vez que diante das peculiares circunstâncias do caso concreto, considerou-se que a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado o agrupamento desses itens em grupo único, com elementos de mesmas características.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há processos de contratação correlatos ou interdependentes a este processo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As diretrizes estratégicas da Anatel constam no Plano Estratégico 2023 a 2027, publicado em novembro de 2022.

A Visão institucional da Anatel é definida no Plano Estratégico como sendo: "Ser uma instituição ativa na transformação digital no país, promovendo mercados dinâmicos com serviços de qualidade"".

A Agência tem como missão "Promover o desenvolvimento da conectividade e da digitalização do Brasil em benefício da sociedade".

O referido Plano Estratégico define ainda como valores: "Inovação Segurança Regulatória Foco em resultados e efetividade Construção Participativa".

Nesse sentido, verifica-se que a presente contratação se alinha na Perspectiva de Processos de Gestão Interna dentro do planejamento estratégico da Agência, ao(s) seguinte(s) objetivo(s).

Infraestrutura e Qualidade

1A - Viabilizar o acesso físico e a qualidade dos serviços a todos

Gestão interna

4C - Garantir a adequabilidade da infraestrutura interna e das TICs.

No mais, consigna-se que a presente contratação consta na lista de Projetos aprovados no Plano Anual de Contratações para o ano de 2026, disponível na plataforma INTEGRA, cadastrada sob ID PCA nº 8.

A presente contratação também está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel para o biênio 2025-2026, aprovado por meio da Resolução Interna Anatel nº 453, de 30 de junho de 2025, em especial em relação aos seguintes princípios e diretrizes:

Racionalização e Consumo Consciente

Defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Racionalização da Ocupação dos Espaços Físicos

Promover a gestão eficiente e a racionalidade de uso dos bens imóveis utilizados pela Anatel.

Identificação dos Objetos de Menor Impacto Ambiental

Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, os produtos reciclados e recicláveis e os bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Divulgação, Conscientização e Capacitação

Sensibilizar e conscientizar servidores e colaboradores para questões voltadas à responsabilidade socioambiental.

Qualidade de Vida no Trabalho e Solidariedade

Promover saúde mental e bem-estar de servidores e colaboradores.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se, assim, com essa contratação a garantia da prestação dos serviços ora intentados, com os preços mais vantajosos possíveis e requisitos de qualidade atualizados conforme as práticas de mercado e o atendimento aos normativos vigentes e, como benefícios diretos resultantes desta contratação, pretende-se manter um ambiente saudável, asseado e adequado para o bom desempenho das funções institucionais da Anatel, contribuindo, assim, com o desenvolvimento das atribuições legais e regimentais, voltadas às atividades finalísticas e ao alcance dos seus objetivos institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente para execução contratual, em relação ao modelo que já é adotado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais gerados pela presente contratação estão relacionados aos produtos utilizados para limpeza, ao descarte de suas embalagens e a outros resíduos gerados no decorrer do contrato. Nesse sentido, a Contratada deve adotar práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, bem como práticas de sustentabilidade na execução dos serviços em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, no Ar. 5º da Lei nº 14.133/2021, assim como nas disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, no que couber.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Assim, diante do exposto acima, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando sua adequação ao atendimento da necessidade a qual se destina, consoante o inciso XIII, art 9º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FIRMO JOSE DE ANDRADE

Especialista em Regulação (Integrante Administrativo)

FRANCISCO JOSE MATIAS DA COSTA TERCEIRO

Autoridade competente